

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.183 - MG (2019/0302039-8)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
**(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**IMPETRANTE : NAIANE SOUZA LOURENCO**  
**ADVOGADO : NAIANE SOUZA LOURENCO - MG193431**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PACIENTE : ESRAEL SALOMAO ANDRADE E CASTRO (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

## DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em favor de **ESRAEL SALOMAO ANDRADE E CASTRO**, em face de v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**, que, no **habeas corpus n. 1.0000.19.079248-1/000**, não conheceu da impetração pela inadequação da via eleita, contudo, analisou o mérito no bojo de seu v. acórdão, da seguinte forma:

*"Trata-se de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado por Naiane Souza Lourenço, em favor de ESRAEL SALOMÃO ANDRADE E CASTRO, condenado pelo crime previsto nos artigos 33 e 35, da Lei 11.343/06, figurando como autoridade coatora o MM. Juiz de Direito da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Contagem.*

*Ao arguir o injusto constrangimento, alega a impetrante que o impetrado não considera apto a integralizar o tempo de pena cumprida, o período compreendido entre a data da prisão em flagrante até o cumprimento do alvará de soltura, período este que alcançou o montante de 01 (um) ano, 07 (sete) meses e 12 (doze) dias, que não devem ser desprezados como tempo de pena cumprida, para fins de cumprimento do requisito objetivo, sob pena de afronta ao art. 42, do Código Penal.*

*Pondera que a decisão impugnada impõe ao paciente evidente 'excesso de execução', sem a fundamentação legal que exige o art. 93, IX, da Constituição Federal.*

*Por derradeiro, requer o deferimento da liminar e, no mérito, a concessão definitiva da ordem, com a retificação da data-base para a progressão ao regime semiaberto.*

*[...]*

*Ademais, conforme se infere das informações prestadas, houve retificação no atestado do paciente, no campo 'Data base', para fazer constar a data de 30/09/2017, ou seja, aquela em que foi preso para cumprimento de sua pena:*

*[...]*

# Superior Tribunal de Justiça

Nota-se, portanto, que não há demonstração de qualquer ilegalidade praticada pelo impetrado, que observou o período compreendido entre 27/09/2007 e 08/05/2009 de prisão provisória e computou-o como detração, nos termos do que dispõe o art. 42, do Código Penal.

[...]

Face ao exposto, não vislumbrando a ocorrência de constrangimento ilegal sanável pela via do writ, **NÃO CONHEÇO DA IMPETRAÇÃO.**" (grifei)

Na r. decisão do d. Juízo da Execução, houve a determinação de retificação das datas da prisão provisória para fins de detração, com o retorno dos autos para análise da progressão de regime (fls. 94-96).

Neste **habeas corpus**, requer, inclusive LIMINARMENTE, a concessão da ordem "para que se determine em caráter de urgência, **que o TJMG julgue** ou que sim, ou que não, o habeas corpus impetrado no TJMG sobre o '**error in judicando**' proveniente de equivocada interpretação literal da redação do art. 42 do CP [...]. No mérito a manutenção do pleito liminar; [...] por derradeiro, não obstante não será o recurso próprio do ROC, que seja conhecido e provido o presente habeas corpus substitutivo, uma vez que resta demonstrada a ilegalidade, e, sobretudo porque a ilegalidade no caso pode ser constatada de plano '**prima facie**', prescindindo de análise profunda da prova e restando patente o prejuízo à liberdade de locomoção do paciente" (fl. 9, grifei).

É o relatório.

**Decido.**

A **Terceira Seção desta Corte**, nos termos do entendimento firmado pela **Primeira Turma do col. Pretório Excelso**, sedimentou orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** substitutivo de recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

No caso, o presente **habeas corpus** não comporta sequer conhecimento.

# Superior Tribunal de Justiça

Primeiro, porque substitutivo de recurso próprio; segundo, porquanto ausente o interesse de agir.

## **Explico.**

Conforme se extrai das suas razões, requereu o impetrante na origem que o eg. Tribunal determinasse ao d. Juízo da Execução tão somente "a retificação da data-base para a progressão ao regime semiaberto" (fl. 98).

Na r. decisão do d. Juízo da Execução, como pedido, houve a determinação da retificação das datas da prisão provisória para fins de detração, razão pela qual foi determinado o retorno dos autos com tal alteração para posterior análise da progressão de regime.

## **Verbis** (fls. 94-96):

*"Em que pese o pedido de progressão do regime fechado ao semiaberto em caráter excepcional, da prisão domiciliar, compulsando os autos, verifica-se que alguns dados se encontram incorretos devendo ser retificados.*

*[...]*

*Como se pode observar, o artigo 42 é bem claro ao afirmar que se computa na pena privativa o tempo de prisão provisória, o que vale dizer, que se deve detrair da pena privativa o tempo em que o sentenciado cumpriu provisoriamente a pena.*

*[...]*

*No caso em comento, o período compreendido entre 27/09/2007 a 08/05/2009 é o de prisão provisória cumprida pelo sentenciado, tendo o mesmo iniciado novamente o cumprimento da pena quando da prisão em 30/09/2017, devendo o período de cumprimento de prisão provisória detrair no total da pena.*

*[...]*

*1) Retifiquem-se os documentos da execução para lançar no atestado de penas, no campo "Data base":*

*30/09/2017, para fins de progressão de regime.*

*2) Após as devidas retificações, voltem-me os autos conclusos para análise do pedido de progressão ao regime semiaberto."*

Assim, atendido o pedido da d. Defesa ainda no 1º Grau, o que fora confirmado pelo eg. Tribunal de origem (que, apesar de não ter conhecido a impetração, analisou o seu mérito), **não há falar em constrangimento ilegal.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, XVIII, "a", XX e art. 210, todos do RISTJ, **indefiro liminarmente o processamento do presente writ.**

P. I.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator

